



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL**

**REQUERIMENTO Nº , 2018 – CTFC**

Requer a realização de audiência pública para que seja discutida a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração.

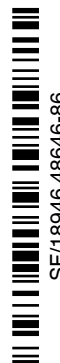
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para que seja discutida a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração, com a presença dos seguintes convidados:

1. Dr<sup>a</sup> **Maria da Glória Guimarães dos Santos**, Diretora-Presidente do SERPRO;
2. Dr. **Frederico Meinberg Ceroy**, promotor de justiça e Coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT;
3. Representante do Ministério Público Federal;
4. Representante do Ministério da Fazenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

Na última sexta-feira, dia 1º de junho, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios divulgou nota pública em que encaminha Ofício contendo indícios e documentos coletados em uma investigação de sua Comissão de Proteção de Dados





## **SENADO FEDERAL**

### **Gabinete do Senador AIRTON SANDOVAL**

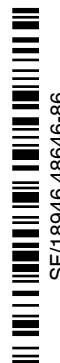
Pessoais para o Ministério Público Federal, a quem compete investigar a prática de comercialização de dados pessoais de cidadãos brasileiros supostamente praticada pelo SERPRO.

Segundo acusa o MPDFT, a prática vem sendo feita há décadas e envolve valores milionários. O SERPRO, em Nota Pública, afirmou que o serviço é lícito, tendo sido prestado inclusive para órgãos do Poder Judiciário e do próprio Ministério Público, com autorização do Governo Federal, através de uma Portaria editada pelo Ministério da Fazenda de 2016.

Propomos, dessa maneira, a realização de audiência pública, a fim de possibilitar à empresa pública uma oportunidade para esclarecer os fatos perante esta Comissão e a sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em       junho de 2018.

Senador AIRTON SANDOVAL  
PMDB-SP



SF/18946.48646-86